



REPRESENTANTES

No dia 22/8, a Assembleia Geral do Sindjus elegeu 21 delegados e oito observadores para a Plenária Ampliada da Fenajufe

CFT promete votar PL 6613 na primeira quinzena de setembro

Estamos nos aproximando do dia 31 de agosto, data limite para que o Executivo envie ao Congresso Nacional o orçamento de 2012. Os tribunais e o MP fizeram sua parte e incluíram nos orçamentos que encaminharam ao Ministério do Planejamento o impacto para a implementação integral do PL 6613/09 e do PL 6697/09 a partir de janeiro de 2012.

Assim que a peça orçamentária che-

gar ao Congresso, voltaremos nossos esforços para cobrar da CFT a promessa feita pelo presidente Cláudio Puty de votar nosso projeto na primeira quinzena de setembro. "Veremos se o presidente da CFT cumprirá a palavra empenhada de não empurrar o PL com a barriga", afirmou o coordenador-geral do Sindjus, Berilo Leão Neto.

Em entrevista ao Correio Braziliense

desta quarta-feira (24), o diretor-geral do STF, Alcides Diniz, afirmou: "Pela Constituição, compete privativamente ao Judiciário propor ao Legislativo qualquer mudança no modelo remuneratório." A ideia do Supremo Tribunal Federal é evitar as tentativas do governo de ficar colocando alternativas com o único intuito de protelar ainda mais a aprovação do nosso projeto.

Governo quer fazer o servidor engolir PL 1992

Não adianta argumentar. O governo está disposto a empurrar o PL 1992 goela abaixo dos servidores. No dia 22 de agosto, o coordenador da Fenajufe e do Sindjus, Cleo Vieira, participou de uma reunião na Casa Civil, com integrantes do Executivo, do Legislativo e de entidades de classe.

Entre os participantes, estavam presentes o subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais, Luiz Alberto dos Santos, e o assessor da secretária-geral da Presidência da República, José Carlos Feijó.

Durante a reunião, cada entidade convidada colocou sua opinião sobre o assunto, encaminhou sugestões e expôs suas críticas em relação ao PL. Para Cleo, o projeto não está pronto para votação, pois existem pontos

inconsistentes e até mesmo inconstitucionais.

O deputado Policarpo, que solicitou a reunião, pediu para que o governo discuta com as entidades sindicais antes de aprovar uma matéria tão importante para o universo de servidores.

Contrariando a posição de várias entidades que pediram o adiamento da votação, Luiz Alberto afirmou que é interesse do governo aprovar a matéria e que o assunto está suficientemente maduro para prosseguir seu andamento dentro do Congresso Nacional.

A orientação do rolo compressor do governo é para que os parlamentares aprovem o PL 1992 na reunião da CTASP desta quarta-feira (24), tanto que o projeto é o primeiro item da pauta de prioridades da comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria Colegiada do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal – Sindjus/DF – convoca seus filiados para a Assembleia Geral, a realizar-se na segunda-feira (29/8), às 17h, no TST, bloco A, 5º andar). Pauta única: apreciação e votação das contas do sindicato, do período de junho/2009 a maio/2011.

Brasília, 23 de agosto de 2011

Cleo Oliveira Vieira
Coordenador Geral

PARECER DO CONSELHO FISCAL – 18/08/2011

Senhores Filiados e
Coordenadores do Sindjus,

Este Conselho Fiscal analisou os documentos contábeis, o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, bem como as mutações do patrimônio e as aplicações dos recursos, segundo nossa responsabilidade prevista nos artigos 32 e 33 do Estatuto Social do Sindjus, a qual é expressar nossa opinião sobre os demonstrativos financeiros, referente ao período de Junho de 2010 a Maio de 2011.

Nossos exames foram conduzidos considerando o planejamento orçamentário definido pela categoria, na

última assembléia de previsão orçamentária, bem como o que foi executado pela diretoria colegiada em suas reuniões deliberativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Sindjus, motivo que nos faz opinarmos pela aprovação das contas neste período, estando em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

Percebemos um elevado valor despendido com pagamento de valores a título de reposição por corte de dias parados, principalmente para o STF, TST

e STJ, o que aconselhamos não seja feito novamente, tendo em vista a não existência de previsão orçamentária para tal despesa, o que fatalmente poderá prejudicar em muito o equilíbrio financeiro da entidade.

Com relação à prestação de contas do período de junho/2009 a maio/2010, o Conselho Fiscal analisou todos os documentos contábeis e elaborou seu relatório, no qual sugere a aprovação das referidas contas.

É o parecer.

Abdias Trajano Neto
Armando Lopis Esbaltar
Matuzalém Braga dos Santos



Informação
Transparência
Participação

A edição nº 75 da Revista do Sindjus traz, com detalhes, o balanço social e as contas do sindicato. Consulte, informe-se, participe. Veja em www.sindjusdf.org.br

